

JESUS E A PROSPERIDADE: ECOS E DESAFIOS DA SABEDORIA DE ISRAEL

Paulo Sergio de Proença

Introdução

A pregação da prosperidade seduz muitas pessoas, atualmente. Pelo fato de ela querer se sustentar no evangelho e em outros textos bíblicos, instaura-se a confusão. Afinal, é ou não bíblica a prosperidade, entendida como recompensa material à piedade do crente? A Bíblia não a promete aos justos? Essas questões justificam uma reflexão sobre as relações possíveis entre Jesus e a prosperidade, a partir dos elementos da tradição de que foi herdeiro, sem os quais o Evangelho não se sustenta.

Serão abordadas as principais características da sabedoria de Israel, particularmente no que concerne à recompensa dos justos e, em seguida, elementos da Teologia da Prosperidade sob o confronto com textos do Novo Testamento que se alinham ao legado de Jesus.

1. A sabedoria de Israel

Os sábios eram os cientistas e teólogos práticos da Antigüidade, engajados numa busca de entendimento racional da realidade¹. A sabedoria em Israel é resultado da observação baseada na experiência; tinha um caráter objetivo e concreto: verificar o funcionamento do mundo e propor forma adequada de inserção nessa ordem que, acreditava-se, tinha sido estabelecida por Deus.

Eles descobrem certa regularidade nos fatos observados e, a partir daí, procuram verificar a existência de uma lei possível que presidiria aos fatos, vinculada a certa regularidade, uma relação entre causa e consequência: a uma causa corresponde determinada consequência. Desliza-se, então, para o campo da conduta ética: se fizer isso, vai acontecer aquilo... Desse modo, a sabedoria foi agente de socialização ao propor limites e escolhas em que se deve viver. Esse papel tende à manutenção da ordem estabelecida.

Além de prática e ética, a sabedoria tinha um caráter religioso; para o israelita, uma experiência com o mundo era, também, uma experiência com Deus. Dessas características básicas da sabedoria de Israel, as duas primeiras eram partilhadas com

1. Os sábios da corte não detinham a hegemonia da sabedoria, pois havia os “sábios populares”: pai, mãe e anciãos (Dt 32,7; Pr 1,8; Jó 12,12); juízes e líderes da sociedade (Dt 16,18-20); sábios em geral, mulheres, inclusive as carpideiras (2Sm 14,2-20; 20,16-22); os pobres (Ecl 9,13-18).

outros povos do Antigo Oriente com os quais houve contato e trocas; a última é própria da sabedoria israelita².

2. A retribuição do justo e do ímpio

Para a cosmologia israelita, a observação dos fenômenos era um meio indispensável de relação com eles, para compreendê-los:

[...] o homem judeu se sentia em estreita relação pessoal com o mundo. As leis que dirigiam o mundo lhe diziam respeito, eram abertas, caminhavam em sua direção. O acontecimento em que o homem se achava envolvido tinha um aspecto que lhe cabia e se relacionava com seu comportamento. *O mundo podia voltar-se para o homem, numa ação benéfica e favorável, ou se voltar contra ele, como castigo*³.

Essa relação, vivida e projetada, acreditam alguns, se reflete no que se chama lei do retorno, em que a uma causa se ajusta uma conseqüência. É preciso averiguar se há algum valor teológico na idéia de retribuição; ou, em outros termos: a retribuição é resultado de uma ação de Deus, necessária à ordem do mundo, ou é apenas uma constatação dos fatos?

É verdade que, para o sábio, toda ação conduz a uma conseqüência (boa ou má), que afeta, inclusive, a comunidade, como exigência de Deus (a dimensão ética da sabedoria). Mas não podemos a partir daí pensar que a lei da retribuição tenha valor teológico ou jurídico:

Não convém falar aqui de “retribuição” pelo menos no sentido de um ato jurídico aplicado do exterior ao autor da ação. [...] Inútil procurar qualquer concepção teológica ou jurídica. [...] Melhor ainda, todas essas numerosas afirmações da existência de uma relação interna entre boa ação e salvação, assim como as advertências sobre a relação entre pecado e infelicidade, situam-se, geralmente, fora de qualquer contexto teológico. [...] O motivo dessas máximas é sempre: lembra-te dessas leis, tanto para o bem como para o mal; não sejas o “insensato” que as transgride, mas baseia nelas tua vida⁴.

Essa retribuição é entendida como “prosperidade”, termo freqüente em nossas traduções. Mas o sentido que o tem na Bíblia é o mesmo que a ele atribuímos atualmente? Uma pista interessante seria averiguar a distinção que há entre as categorias “justo” e “ímpio”, pois a prosperidade é prometida somente para os justos⁵: “Esteja

2. O sábio produz sentenças de grande impacto, o que pode ser percebido no aspecto formal deles, em que há predominância de sentenças curtas, fáceis de serem memorizadas. As sentenças da sabedoria são profanas, elas não reivindicam o estatuto de revelação. É claro que a Sabedoria tem valor teológico à medida que se referem diretamente a Deus e a sua intervenção na ordem das coisas observadas.

3. Gerhard von Rad. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Aste, 1973, v. 1, p. 402 (grifos nossos).

4. Gerhard von Rad. *Teologia do Antigo Testamento...*, p. 409-410.

5. Essa associação projeta mais ênfase à dimensão ética da sabedoria, ao indicar que é indispensável a ação consciente no mundo para a promoção da sabedoria, o que significa instauração da justiça.

certo de que Deus não abandona as pessoas honestas, nem dá a mão para ajudar os maus [...] mas os seus inimigos vão viver na confusão, e as casas dos maus serão destruídas” (Pr 8,20.22)⁶. A seguir, algumas características distintivas entre eles.

Justo	Ímpio
Tem comportamento íntegro (28,18)	Anda por caminhos perversos (28,18)
É abençoado (28,20)	Quer ficar rico logo (28,20)
Retém a instrução (28,4)	Não presta atenção à instrução (28,4)
Comprometido com os pobres (29,7)	Não compreende o que é justo (28,5)
Conta ficar alegre (29,6)	É apanhado em seus pecados (29,6)
Não tolera o mal (29,27).	Não tolera o bem (29,27)
Odeia o suborno (15,27)	Ávido por lucro (15,27)

A lista poderia ser maior, mas esses exemplos são suficientes para a constatação de que o justo é, sim, abençoado, é coroado de prosperidade. Mas “prosperidade” é sinônimo de riqueza material? O valor do termo “prosperidade” é avaliado de forma precipitada por aqueles que acham que sim, que a prosperidade material é o sentido do termo. Contudo, a característica principal do justo não é sua exuberância material, mas o compromisso ético com a justiça, a honestidade, a integridade, o bem e... os pobres (Pr 29,7; ver também Jó 11,13-20). Desse modo, a riqueza pode ser entendida como uma injustiça, pois é resultado de uma distribuição desigual de bens materiais, o que afeta, naturalmente, a consciência do justo. Além disso, a tradição sapiencial condena o acúmulo de riquezas e a confiança nelas depositada: “Aquele que confia nas suas riquezas cairá, porém os honestos prosperarão como as folhagens” (Pr 11,28).

Tércio Siqueira, que analisa o significado de termos originais também fora dos escritos sapienciais, define “prosperidade” da seguinte forma:

Uma das mais usadas e abusadas no mundo evangélico é *prosperidade*. Na Bíblia Hebraica, o verbo *prosperar* é *salah*, que carrega o significado de *sair-se bem e ter êxito*. Na Bíblia, encontramos dois verbos que são sinônimos de *salar* (sic): o primeiro é *kasar*, *dar certo, ser correto* (Ecl 11,6; Est 8,5), e o outro é *sakal*, *ser sábio, agir sabiamente* (Dt 29,8; 1Sm 18,30). Todos esses três verbos possuem o sentido de *prosperar*. Entretanto, o significado bíblico de *prosperar* possui um sentido muito característico. Assim, *ser próspero* é o mesmo que dar frutos (Ez 17,1-10); é ser forte, corajoso, não temer e andar nos caminhos de Deus (Js 1,1-9); é praticar misericórdia e ser leal a Deus e ao povo (Ne 1,11); é andar com sabedoria e discernir as instruções de Deus (Dt 29,9; 1Rs 2,3); é promover a paz no mundo (Sl 122,6-7); é promover o bem e agir corretamente (Jó 21,13; Sl 106,5). Esses exemplos bíblicos reforçam a idéia segun-

6. As citações são da tradução “Nova Tradução na Linguagem de Hoje” (NTLH), da Sociedade Bíblica do Brasil.

do a qual *prosperar* não é necessariamente obter vantagens pessoais ou acumular riquezas (Jr 12,1-6)⁷.

Como se vê, não há vinculação de “prosperidade” a riquezas. E talvez uma questão importante esteja no fato de que “prosperidade” não seja a melhor tradução para os termos originais, conforme procura demonstrar o quadro seguinte:

Passagem	Hebraico ⁸	Grego (Septuaginta)	Almeida	TEB ⁹	NTLH
Ecl 7,14	<i>Iom tovah</i>	<i>agathosyne</i>	prosperidade	felicidade	coisas correrem bem
Ecl 11,6	<i>ichshar</i>	<i>stoichesei</i>	prosperará	terá bom êxito	crescerão bem
Pr 11,25	<i>tedushan</i>	<i>Aplê</i>	prosperará	prosperará	progride na vida
Pr 28,13	<i>iatslaiah</i>	<i>euodothesetai</i>	prosperará	prosperará	sucesso
Pr 28,25	<i>iedushan</i>	<i>epimeleia</i>	prosperará	prosperará	sucesso
Dt 29,9 ¹⁰	<i>taskilu</i>	<i>synete</i>	prosperar	bom êxito	tudo o que fizeres dê certo

Observa-se que, na tradução de Almeida, um mesmo termo (“prosperar” e seus derivados) serve para traduzir palavras diferentes no original. Por quê?¹¹ E se trata, justamente, do termo atualmente muito realçado, em virtude do advento da Teologia da Prosperidade e sua assunção por seguimentos religiosos, entre eles o neopentecostalismo.

3. A negação da retribuição

A literatura sapiencial contém elementos que autorizam a negação da noção de retribuição. A sabedoria nega que a prosperidade, entendida como acúmulo de riquezas, seja algo bom. Por exemplo, Pr 28,20: “A vida da pessoa honesta é cheia de felicidade, mas quem tem pressa de enriquecer não fica sem castigo”. O paralelismo antitético contrasta “pessoa honesta” ao que “se apressa a enriquecer”: essa oposição nos

7. Tércio Machado Siqueira. *Tirando o pó das palavras*. História e teologia de palavras e expressões bíblicas. São Paulo: Cedro, 2005, p. 143-144.

8. Não está sendo seguida a convenção para a correta transliteração, para facilitar a leitura.

9. TEB: *Tradução Ecumênica da Bíblia*. Loyola: São Paulo, 1994.

10. Interessante a tradução do Padre Antonio Pereira de Figueiredo para o versículo: “para que façais com inteligência”, no lugar de “ser bem-sucedido” e de “ter sucesso” (Rio de Janeiro: Livros do Brasil, 1962).

11. Ainda que seja possível ao termo cobrir as possibilidades de sentidos dos termos originais, é, de fato, uma redução semântica; as outras duas traduções exibidas procuram não incorrer nesse procedimento, embora “prosperará” se repita três vezes na TEB.

leva a concluir que fidelidade a Deus é o oposto de enriquecimento. As bênçãos do homem fiel não são as riquezas.

4. A sabedoria muda com o tempo

Ao longo do tempo, muda a realidade e sua organização; por sua natureza, a sabedoria muda, igualmente. Ora, o mundo é cambiante; as coisas, as pessoas, as situações mudam com o tempo, e o sábio acompanha esse fenômeno, pois, se as experiências nem sempre se repetem, se são novas e desafiadoras, a sabedoria devia estar aberta a essas atualizações. Por isso, uma dificuldade inicial evidente é que nem sempre se pode extrair uma lei geral estável, uma ordem reguladora permanente, pois há acontecimentos não previstos, frutos do imponderável. E, para o sábio, até o imponderável era fonte não só de reflexão, mas também de prazer: “quando se descobria, porém, por trás desses acontecimentos ou fatos paradoxais, a existência de certa ordem, a satisfação era ainda mais profunda. Superava-se o caos”¹². Isso dava proteção contra as ameaças do imponderável, ainda que ao custo de experiências dolorosas¹³.

Nem esse prazer, ainda que significativo, anulava a perplexidade diante de paradoxos e fatos inesperados e incompreensíveis. Nem sempre o mundo podia caber nas máximas sapienciais, pois a regularidade ou a lei da recompensa não explicava tudo. Por que o justo sofre? Por que o ímpio “prospera”? Essa constatação foi um desencanto na evolução da sabedoria e proporcionou o surgimento dos livros de Jó e de Eclesiastes, por exemplo, em que esse atordoamento atinge o radicalismo, chegando ao ceticismo nesse último livro, resultado da ameaça provocada pela perda de contato com a fé na ação de Deus na história¹⁴.

O livro do Eclesiastes é um poço de amargura. Entretanto, Deus não tem culpa pela vaidade do homem e pelo vazio da existência. O homem é que não pode ou não sabe fazer coincidir a sua vontade e o seu tempo com a vontade e o tempo de Deus. Com isso, há uma insegurança total na vida. O que é especial em Eclesiastes é que ele nega a retribuição, ao negar qualquer relação entre ação e resultado. O mundo é uma realidade estranha, que traz insegurança (7,15; 8,14) e incerteza (8,7). Só a morte é certa (9,1-3). Loucura e sabedoria se igualam; como o tolo, o sábio morrerá.

5. Jesus e sabedoria

Em relação à sabedoria, Jesus aplicou a mesma postura crítica e reformadora que teve diante de outros elementos de sua tradição religiosa. Ele foi um sábio, pois se ser-

12. Gerhard von Rad. *Teologia do Antigo Testamento...*, p. 396.

13. Havia, também, o prazer que traziam os jogos de linguagem e os recursos de expressão lingüística, de que os sábios se serviram à vontade, pela exploração estética dos recursos da linguagem e do pensamento.

14. Para von Rad (*Teologia do Antigo Testamento...*, p. 424s) nunca houve dúvidas quanto à existência de Deus, mas quanto a sua capacidade de dirigir o curso da história, em virtude da implacável adversidade do imponderável: “A tragédia desse livro é precisamente que Qohelet procura Deus num mundo totalmente despido da intervenção histórica de Javé. [...] Observou a vida em busca de um valor que valesse a pena e verificou que tanto a sabedoria, como a riqueza, o trabalho ou a glória póstuma são ‘vaidade’” (p. 427).

viu de máximas e pensamentos que resultaram da observação do mundo concreto. Aforismos sapienciais foram significativos nos ensinamentos de Jesus, em que temas de provérbios do Antigo Testamento aparecem em parábolas (lugar à mesa, amigo à noite, a figueira infrutífera), o que constitui um corpo comum de experiências e partilha de uma herança comum.

Jesus utiliza muitos argumentos sapienciais para iluminar a experiência cotidiana; nos sinóticos encontramos mais de uma centena de ditos proverbiais, com quase o dobro de ocorrências de paralelos. Se Jesus não formulou, de forma original, os pensamentos e máximas que usou, é certo que os recebeu da tradição, assumindo-os na sua pregação. Deve-se notar, contudo, que Jesus teve autonomia para, servindo-se da tradição, modificá-la e adaptá-la a seus objetivos específicos, como pode ser notado nos versículos abaixo:

Pr 11,24	Mt 25,29
A quem dá liberalmente, ainda se lhe acrescenta mais e mais; ao que retém mais do que é justo, ser-lhe-á em pura perda.	Porque a todo o que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado.

Jesus está mais próximo dos desdobramentos posteriores do movimento sapiencial de Israel (Jó e Eclesiastes) no que diz respeito à forma de interpretação da realidade concreta (objeto de observação do sábio). Vai nisso, ao que parece, uma negação enfática de que essa mesma realidade seja, necessariamente, o espaço e o tempo em que a vontade de Deus impera. E, se a realidade se nega a cumprir a vontade de Deus, não restam alternativas se não a recusa a acomodações. Para a radicalidade reformadora de Jesus, nem os sábios se salvam: os mistérios de Deus não foram revelados a eles, mas aos pequeninos (Mt 11,25).

6. A Teologia da Prosperidade

Os antecedentes históricos da Teologia da Prosperidade apontam para as primeiras décadas do século passado. Um dos expoentes do movimento foi K. Hagin, nascido em 1918 nos EUA. Ele diz ter recebido visões e revelações de Deus para sua particular compreensão do evangelho; alega também ter sido transportado ao céu e ao inferno. Foi pastor de uma igreja batista, migrou para o pentecostalismo (Assembléia de Deus) e depois se tornou pastor autônomo itinerante. Nunca estudou Teologia: ninguém ensinou a doutrina que pregava, pois a tinha recebido diretamente de Cristo.

Hagin é discípulo de E.W.Kenyon, que teve nos anos 30-40 seu auge como pregador da prosperidade. Kenyon estudou em Boston (começo do século XX), onde floresceram algumas “seitas metafísicas”, como “Ciência Divina” e “Sociedade do Cristo que cura”. Essas seitas ensinavam que a esfera espiritual controla os aspectos físicos e é a causa dos males sofridos: se pensarmos (capacidade mental) de modo certo, po-

demos controlar a saúde. A isso se vincula a “confissão positiva” da prosperidade, de que deriva a “autoridade espiritual”.

O pentecostalismo teve influência indireta na divulgação do movimento pela tendência à aceitação de manifestações carismáticas para confirmação de autoridade profética. No Brasil há a ainda decisiva influência do neopentecostalismo. R.R. Soares, por exemplo, é um discípulo de Hagin, cujos livros a editora da Igreja Internacional da Graça de Deus publica.

Embora haja outros elementos que caracterizam a Teologia da Prosperidade, nos ateremos especificamente a esse aspecto enfatizado em seu nome de batismo, entendida como um direito, pois faz parte da expiação efetuada por Cristo. Por isso, a pobreza e a enfermidade não são a vontade de Deus para o crente (a pobreza é uma maldição).

Deus faz a devida provisão de necessidades financeiras (veja-se a linguagem contábil)¹⁵. Fl 4,19 (passagem em que se diz que Cristo supre necessidades) é interpretado da seguinte forma: “Todas as suas necessidades incluem as necessidades financeiras, materiais e as demais. Na realidade, nesse capítulo, Paulo está falando a respeito das coisas financeiras e materiais”¹⁶. O cristão deve vestir as melhores roupas, comer a melhor comida, ter as melhores coisas: “Os crentes têm permitido ao diabo lesá-los em todas as bênçãos que poderiam usufruir. Não era intenção de Deus que vivêssemos em pobreza. Ele disse que éramos para reinar em vida como reis”¹⁷.

A falta de prosperidade é explicada como a falta de oferta, pois não dão o suficiente para a obra de Deus. Quem dá mais recebe mais:

Você gostaria de ver maiores bênçãos financeiras na sua vida? Aumente suas contribuições e ofertas, porque as Escrituras dizem que a sua colheita será [...] transbordante [...] porque com a medida com que tiverdes medido vos medirão também. Por outro lado, podemos estorvar nossas orações em prol da prosperidade financeira, se não cooperarmos com Deus; se não entramos pelas portas que Deus abriu para nós¹⁸.

Esse processo é uma lei (chamada lei do retorno!) apoiada em Mc 10,29-30; lá está escrito que receberemos cem vezes mais do que damos. E isso é um direito do cristão!¹⁹ Por não a conhecermos, não reivindicamos nossos direitos. A nova aliança, o Novo Testamento, é um documento jurídico que garante direitos que fazem parte das leis espirituais que regem o mundo. Cabe ao cristão conhecê-las e ter domínio sobre

15. A redução da espiritualidade a um valor contábil é reforçada pelo uso do nome de Jesus, que tem um valor mágico, pois o cristão, ao proferi-lo, é investido do poder de preencher um cheque em branco: “Falemos do nome de Jesus! Ele nos deu, individualmente, um cheque assinado dizendo: ‘Preencha-o’. Deu-nos um cheque assinado, cobrável aos recursos do céu” (K. Hagin. *O nome de Jesus*. Rio de Janeiro: Graça Artes Gráficas, 1999, p. 19).

16. K. Hagin. *Redimidos da miséria, da enfermidade e da morte*. Rio de Janeiro: Graça Artes Gráficas, 2004, p. 8.

17. K. Hagin, apud Alan B. Pieratt. *O evangelho da prosperidade*. Análise e resposta. São Paulo: Vida Nova, 1993, p. 59.

18. K. Hagin. *A oração que prevalece para a paz*. Rio de Janeiro: Graça Artes Gráficas, s/d, p. 111.

19. O direito somente pode ser entendido a partir de seu desdobramento natural: o dever. Se o ser humano tem o direito “adquirido” à prosperidade, ela é, então, um dever de Deus. Daí poder ser requerida, “declarada”.

elas. Isso é explicado e justificado a partir de Gálatas 3. Hagin associa essa passagem a Dt 28, alegando que são três as maldições:

Somos redimidos da maldição da lei. Para descobrir exatamente qual é a maldição da lei, devemos voltar aos cinco primeiros livros da Bíblia. Ali, vemos que a maldição ou o castigo pela quebra da Lei de Deus é tríplice: a pobreza, a doença e a segunda morte.

[...] Assim como a maldição é tríplice na natureza, assim também era a bênção de Abraão. Primeiro, era uma bênção material e financeira. Segundo, era uma bênção física. Terceiro, era uma bênção espiritual²⁰.

A doença e a pobreza, maldições da lei mosaica, foram anuladas por Cristo. Não é difícil perceber que estamos diante de uma interpretação distorcida da passagem bíblica. Para a Teologia da Prosperidade, o cristão deve exigir seus direitos, porque a maldição foi anulada. “Descobri que o modo mais eficaz de se orar é aquele pelo qual você requer os seus direitos. É assim que eu oro: ‘*Exijo meus direitos!*’”²¹ R.R. Soares segue no mesmo caminho. Diz ele a respeito: “... somos nós que decidimos o que teremos ou não”²².

7. Jesus, a prosperidade e o Novo Testamento

É uma tarefa interessante e desafiadora percorrer as páginas das Escrituras e verificar como são enfocadas as riquezas. Qualquer leitor sério descobre, sem polêmica, que Jesus adota uma postura firme em relação às riquezas. Ele diz: “Não podemos servir a Deus e às riquezas” (Lc 16,13). A riqueza é tratada como um ídolo que toma o lugar de Deus. E mais: servir a Deus é o mesmo que rejeitar a riqueza. Numa conhecida passagem, Jesus disse que “era difícil ao rico entrar no céu” (Mt 19,23). Ele mesmo disse que não tinha onde dormir (Mt 8,20). Em Marcos (8,34), Jesus exige renúncia dos discípulos e fala que quem quer ganhar a sua vida vai perdê-la e quem perder a sua vida por causa do Evangelho vai ganhá-la. Inverte-se a lógica de valores: se a riqueza (prosperidade) é um ganho aos olhos humanos, então será perda, etc. O trecho de Mc 10,29-30 é interpretado de forma tendenciosa por Hagin. É verdade que se fala em recompensa. Mas ela é projetada para o futuro. Para o presente, a única recompensa centuplicada que cabe aos cristãos é esta: *perseguições* (termo sintomaticamente apagado na interpretação dos seguidores da prosperidade). Lucas registra, ainda, a parábola do rico insensato, que acumula riquezas; mas, diante da morte iminente, de nada servem a ele. Jesus nunca prometeu riqueza nem prosperidade a ninguém, como se sabe. Ele, assim, foi um retumbante fracasso para a Teologia da Prosperidade.

Outros textos do Novo Testamento têm a mesma perspectiva. A epístola de Tiago (2,5-7) partilha dessa idéia. Ensina que Deus escolheu os pobres para serem ricos,

20. K. Hagin. *Novos limiares da fé*. Rio de Janeiro: Graça Artes Gráficas, 2005, p. 69.77.

21. K. Hagin. *A autoridade do crente*. Rio de Janeiro: Graça Artes Gráficas, 2002, p. 39 (grifos nossos).

22. Apud Alan B. Pieratt. *O evangelho da prosperidade...*, p. 73.

sim, mas ricos de fé. Os ricos mesmo são os que oprimem, arrastam os pobres aos tribunais e blasfemam “o bom nome” de Jesus.

A comunhão de bens da Igreja primitiva confirma esse ideal de rejeição da riqueza e da prosperidade como característica necessária à vida cristã. Além do desapego aos bens materiais, a igreja primitiva viveu uma comunhão que aboliu a privação (nem ricos nem pobres) – aí não residiria a justiça da herança sapiencial?²³ O acúmulo de riqueza é um pecado contra Deus (veja-se Ananias e Safira em At 5) e sinal de injustiça.

Na inspiradora passagem de cura de At 3, um coxo pede esmolas fora do Templo. Pedro e João não têm dinheiro para dar, mas oferecem algo muito mais valioso: a cura. Os apóstolos eram pobres e não ensinavam que os cristãos tinham o dever de serem ricos e de exigirem isso de Deus. O mais intrigante é que os apóstolos não tinham dinheiro, mas “deram” o que tinham e nisso mesmo reside o milagre: dar o que se tem.

Ainda outros trechos do Novo Testamento reforçam tais princípios. Em 1Tm 6,9-10 aprendemos que o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males humanos. Paulo, por sua vez, não ensina a acumular bens materiais como sinal da bênção de Deus, ao contrário; ele passou fome e escassez e sabia viver bem nessas situações (Fl 4,11s).

A Teologia da Prosperidade é triunfalista, no sentido de focar, de forma seletiva, somente elementos que se combinam com a ideologia do egoísmo capitalista. Sob o ponto de vista teológico é anulação da cruz, pedra angular da soteriologia cristã, idéia claramente assumida por Hagin:

Nosso problema é que temos pregado uma religião de “cruz”, sendo que precisamos pregar uma religião de “trono”. [...] Na verdade, a Cruz é um lugar de derrota, ao passo que a Ressurreição é um lugar de triunfo. Quando se prega a cruz, está-se pregando morte e deixa-se o povo na morte. Morremos, sim, mas ressuscitamos com Cristo. Estamos assentados com Ele. Essa é a nossa posição atual: Estamos assentados com Cristo no lugar de autoridade, nos lugares celestiais²⁴.

A negação da cruz não é negação da essência do cristianismo?

Conclusão

A sabedoria de Israel fala, sim, de prosperidade. Contudo, o sentido do termo é algo bem diverso do que hoje se admite; não é uma recompensa de natureza econômica, mas um comportamento ético, um compromisso com a justiça para o que, inclusive, deve-se recusar o benefício das riquezas.

Além disso, por sua própria natureza de observação do funcionamento do mundo, a sabedoria variou com o tempo. Jó e Eclesiastes testemunham um desencanto

23. Pode ser referência ao equilíbrio, à justa medida, exemplificada por uma oração sábia: “não me deixes ficar nem rico nem pobre. Dá-me somente o alimento que preciso para viver. Porque se eu tiver mais do que o necessário, poderei dizer que não preciso de ti. E, se eu ficar pobre, poderei roubar e assim envergonharei o teu nome, ó meu Deus” (Pr 30,8s).

24. K. Hagin. *A autoridade do crente...*, p. 30.

com o mundo em que os justos sofrem. Jesus, herdeiro da sabedoria, a reelabora e nega a lei do retorno: a bem-aventurança do crente é o sofrimento por causa do compromisso com o Evangelho; é certo que haverá recompensas, mas elas chegarão no futuro de Deus.

Isso tudo é desprezado pela Teologia da Prosperidade, para a qual as escrituras devem ser interpretadas (“manipuladas” seria o termo mais adequado?) sob a chave da riqueza material, ainda que o preço seja a negação da cruz.

A Teologia da Prosperidade decretou a vitória de Mamom. A fé se submete ao dinheiro. Deus é vencido pelo capitalismo, sistema econômico que mais se ajusta às misérias humanas...

Bibliografia

HAGIN, K. *A oração que prevalece para a paz*. Rio de Janeiro: Graça Artes Gráficas, s/d.

———. *O nome de Jesus*. Rio de Janeiro: Graça Artes Gráficas, 1999.

———. *A autoridade do crente*. Rio de Janeiro: Graça Artes Gráficas, 2002.

———. *Redimidos da miséria, da enfermidade e da morte*. Rio de Janeiro: Graça Artes Gráficas, 2004.

———. *Novos limiares da fé*. Rio de Janeiro: Graça Artes Gráficas, 2005.

PIERATT, Alan B. *O evangelho da prosperidade*. Análise e resposta. São Paulo: Vida Nova, 1993.

RAD, Gerhard von. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Aste, 1973, v. 1.

SICRE, José Luis. *Introdução ao Antigo Testamento*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SIQUEIRA, Tércio Machado. *Tirando o pó das palavras*. História e teologia de palavras e expressões bíblicas. São Paulo: Cedro, 2005.

WESTERMANN, Claus. *Roots of Wisdom*. The oldest proverbs of Israel and other peoples. Louisville: Westminster John Knox Press, 1995.

Paulo Sergio de Proença
Rua Jacirandi, p1, apto. 123a – Tatuapé
03080-000 São Paulo, SP
pauloproenca@bol.com.br